



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS: DA LEGISLAÇÃO AO COTIDIANO ESCOLAR¹

DEMOCRATIC MANAGEMENT AND CHILDREN'S PARTICIPATION: FROM LEGISLATION TO DAILY SCHOOL LIFE

Denise Lima Correa²
Egeslaine de Nez³

RESUMO

Este estudo é decorrente de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento, cujo objetivo geral foi investigar se as crianças participam das decisões nas unidades de ensino às quais pertencem e de que forma(s) isso acontece no cotidiano da gestão democrática das escolas brasileiras. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com vistas a examinar a temática da participação das crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A base de dados desta investigação foram as publicações acadêmicas científicas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Com recorte temporal de 2019-2023, a análise bibliográfica resgatou 9 obras de relevância, sendo apenas duas delas diretamente relacionadas ao tema desta investigação. O aporte teórico apresenta um breve panorama das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) JP Cantinho Amigo e Dona Leopoldina, ambas escolas exemplificadoras que implementam em seu cotidiano práticas de gestão democrática participativa, com vistas ao alcance de uma educação de qualidade. Entre os resultados obtidos, ressalta-se a importância atribuída a necessidade de professores e gestores conhecerem e se apropriarem dos documentos oficiais que regem os direitos das crianças e da necessidade de formação inicial e continuada.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Legislação. Participação. Protagonismo.

¹ Este artigo tem origem no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pode ser consultado no Repositório Digital: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/26454>.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: denilicontas@gmail.com.

³ Doutora em Educação e Docente da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: e.denez@yahoo.com.br.



ABSTRACT

This work is the result of a bibliographical research of the state of knowledge type, whose general objective was to investigate whether children participate in decisions in the teaching units to which they belong and how does this happen in the daily life of Democratic management in Brazilian schools. This is a qualitative research, with a view to examining the theme of the participation of children in Early Childhood Education and the Early Years of Elementary School. The database for this investigation was the scientific academic publications of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT). With a time, frame of 2019-2023, the bibliographic analysis recovered 9 works of relevance to this study, only two of which were directly related to the topic of this research. The theoretical contribution presents a brief overview of the Municipal Early Childhood Education Schools (EMEI) JP Cantinho Amigo and Dona Leopoldina, both exemplary schools that implement participatory democratic management practices in their daily lives, with a view to achieving quality education. Among the results obtained, the importance attributed to the need for teachers and managers to know and appropriate the concepts of official documents that govern children's rights and the need for initial and continuing training stands out.

Keywords: Democratic Management. Legislation. Participation. Protagonism.

1 INTRODUÇÃO

As crianças, enquanto sujeitos de direitos, foram se constituindo a partir da Constituição Federal de 1988, a qual tornou o Brasil um Estado Democrático de Direitos que, por lei, garante a educação para todos, com vistas ao desenvolvimento pessoal, a cidadania e a qualificação para o trabalho, devendo ser ministrado com base nos princípios da gestão democrática. (Brasil, 1998). Este documento legal garante as crianças, o direito a uma educação de qualidade, inclusiva e democrática, e a partir deles, outras legislações que contribuem para o fortalecimento dos direitos das crianças se seguiram.

Os direitos das crianças têm evoluído ao longo dos anos, refletindo mudanças sociais e novas abordagens educacionais. Assim, ao longo das últimas décadas, a educação vem sofrendo importantes transformações e uma delas é a mudança na percepção das crianças como participantes ativos em seu próprio processo educativo, reconhecendo a importância de ouvir suas vozes e envolvê-las nas decisões que afetam a vida escolar.

Diante deste novo contexto educacional, algumas escolas e educadores têm desenvolvido práticas diferenciadas que garantem os direitos das crianças e incentivam sua participação nas decisões. Um exemplo de metodologia participativa pautada nos direitos das crianças vem da cidade de Reggio Emilia (Itália). A abordagem do mesmo nome tem como proposta educacional a pedagogia da escuta, baseada na ética e no desenvolvimento das competências individuais das crianças, colocando-as como protagonistas do processo de construção do conhecimento. Por meio da pedagogia da escuta, que valoriza os conhecimentos e saberes das crianças, é possível a criação



de práticas educativas centradas nas relações com as infâncias.

Essa abordagem, criada na Europa pós-guerra, só obteve o reconhecimento internacional em 1991, quando a revista norte americana Newsweek publicou uma matéria com as 10 melhores escolas do mundo e elencou a Reggio Emilia como o melhor exemplo de escola para a primeira infância.

Outra discussão difundida no Brasil é a Pedagogia-em-Participação, perspectiva pedagógica da Associação Criança, localizada em Braga, Portugal. Esta perspectiva está centrada na participação ativa da criança no processo de ensino aprendizagem, tendo como base a interação criança/adulto, e a participação implica fundamentalmente na escuta da criança, no diálogo e na negociação.

Outra metodologia educativa pautada na participação é a Lumiar, que visa promover melhoras na aprendizagem e valorizar os educadores para que tenham ferramentas de ensino que garantam o desenvolvimento holístico das crianças. Esta abordagem tem foco na educação baseada em competências e está estruturada em seis pilares, sendo um deles, a Gestão Participativa, onde as práticas e o cotidiano escolar são gerenciados de maneira participativa por estudantes, educadores e funcionários da escola.

A Escola Lumiar Poços de Caldas faz parte da rede de escolas Lumiar. Sua metodologia de ensino-aprendizagem foi considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Stanford University e Microsoft uma das mais inovadoras do mundo (Lumiar, 2023).

Como podemos observar, os processos ativos, que colocam as crianças como foco da aprendizagem, com base na escuta e participação destas, atribuindo valor e sentido aquilo que aprendem, vem crescendo nos últimos anos. Essa tendência é reflexo de mudanças na educação, que vem reconhecendo a criança como protagonista de seu processo de aprendizagem.

Logo, é imprescindível que os professores e gestores se apropriem das leis e normas que garantem os direitos das crianças, como também, de estudos na área, com a finalidade de auxiliar os estudantes a se desenvolverem e se constituírem como cidadãos de direitos.

Observar, estender o olhar ao não dito, captar e procurar entender, valorizar a narrativa, entender a história, são práticas necessárias para que se possa compreender as crianças. As Pedagogias ativas vêm ao encontro desta prática, a qual se volta ao protagonismo infantil.

Isto posto, optou-se por realizar uma investigação de cunho qualitativo nos documentos acadêmico-científicos (teses e dissertações) a fim de averiguar a importância que gestores e professores brasileiros estão atribuindo ao conhecimento e práticas das metodologias ativas com base na escuta e participação das crianças de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino



Fundamental.

Nesta perspectiva, esta pesquisa propõe-se a responder as seguintes questões: as crianças participam das decisões nas unidades de ensino às quais pertencem? De que forma(s) isso acontece no cotidiano da Gestão Democrática das escolas brasileiras?

A partir dessas reflexões, buscou-se compreender como os gestores escolares promovem a formação de crianças participativas no cotidiano de suas unidades de ensino, de que formas este protagonismo acontece e quais resultados advém destas práticas.

A hipótese levantada frente ao problema em questão é verificar se crianças são partícipes do processo, aprendem a ouvir e respeitar a opinião dos outros e desenvolvem a autonomia, a colaboração e a responsabilidade, não só na construção do conhecimento, mas também, em suas ações.

Desta forma, este estudo contribui para que gestores e professores, possam compreender a importância de se dar voz as crianças e colocá-las como parte integrante das decisões cotidianas, oportunizando o exercício de suas habilidades, tornando-as autoconfiantes, criativas, com capacidade de formar opiniões e resolver problemas.

Com a finalidade de delimitar-se o campo de estudo, foram traçados objetivos para nortear a elaboração desta pesquisa, sendo que o objetivo geral consiste em: investigar, por meio de estudo bibliográfico, se as crianças participam das decisões nas unidades de ensino às quais pertencem e de que forma(s) isso acontece no cotidiano da Gestão Democrática das escolas brasileiras.

Para fins desta investigação, buscou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar se as normas legais garantem a participação das crianças na gestão escolar e como as garantias destas normas se configuram no cotidiano escolar;
- b) Identificar, por meio de levantamento bibliográfico das teses e dissertações, as formas de participação das crianças na gestão da unidade de ensino;
- c) Apresentar escolas em que a gestão escolar entende a importância da participação das crianças na tomada de decisões e pratica a escuta ativa.

Este artigo, que é uma parte dos estudos realizados no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), está dividido em cinco momentos: o primeiro, este de caráter introdutório; o segundo aborda-se o procedimento metodológico utilizado; e, em seguida, o referencial teórico que serve de embasamento para a investigação proposta. O quarto momento expõe a análise dos dados coletados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); e o último, relaciona as conclusões do trabalho e os estudos futuros.



2 METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta uma análise bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, desenhada para coletar dados sobre o conhecimento gerado sobre o tema na área do conhecimento da Educação, por meio do mapeamento do que outros pesquisadores já investigaram e publicaram.

Morosini e Fernandes (2014, p. 158, grifo nosso), destacam que:

O Estado de Conhecimento possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida. Permite-nos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, oferecendo-nos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando, com mais exatidão, para itens a ser explorados – reforço de resultados encontrados ou criação de novos ângulos para o tema de estudo – abrindo assim, inúmeras oportunidades de enriquecimento do estudo. Nesse sentido, a construção do Estado de Conhecimento, fornece um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo. Acredito que o Estado de Conhecimento deva ser o movimento inicial de toda pesquisa, uma vez que localiza e norteia os passos da investigação, a partir do conhecimento e da compreensão da produção intelectual que aborda estudos relacionados ao objeto de nossa pesquisa.

Deste modo, o estado do conhecimento é um tipo de pesquisa que visa identificar, registrar e categorizar o que perpassa a reflexão e uma síntese sobre a produção científica de uma determinada área, com a delimitação temporal. Ferreira (2002) corrobora indicando que essas pesquisas visam mapear e discutir uma determinada área de produção acadêmica que busca destacar aspectos e dimensões privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas estas dissertações de mestrado, teses de doutorado, entre outros.

Este tipo de pesquisa permite a liberdade de escolha na definição de objetos de análise, tipo ano, natureza do item, resumo, por exemplo. Os dados podem ser selecionados em bancos de dados ou de catálogos, sendo o catálogo, por vezes, o próprio objetivo do estudo. De acordo com Kohls-Santos e Morosini (2021) a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento estrutura-se em etapas. Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada, Bibliografia Categorizada e Bibliografia Propositiva.

Considerando a parca quantidade de trabalhos recuperados na área, esta pesquisa edificou-se apenas nas duas primeiras etapas, pois as duas seguintes, que tem a afunção de agrupar os resultados e permitir uma análise consistente de grande volume de dados, não foram necessárias nesta investigação. Cada trabalho foi analisado individualmente. O catálogo de seleção de fonte selecionado foi o banco de dados de teses e dissertações do IBICT. Morosini, Nascimento e Nez (2021), explicitam que:

Na primeira etapa realiza-se a seleção das fontes que serão usadas na busca de material de



análise. Entre os repositórios nacionais disponíveis se destacam: o banco de dados Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que objetiva estimular a publicação digital das produções científicas no país, integrando num único portal as informações sobre as publicações, bem como disponibilizando acesso ao documento integral da instituição de origem.

Assim, o corpus de documentos para esta pesquisa foi constituído por teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, todos em língua portuguesa e dentro do período de cinco anos (2019-2023), conferindo atualização aos trabalhos selecionados. Tais critérios de inclusão foram definidos levando-se em conta os objetivos desta pesquisa. Como critérios de exclusão, foram descartados todos os documentos que não atendessem ao tema da pesquisa e/ou aos critérios de inclusão elencados acima.

A pergunta norteadora para esta pesquisa foi “de que forma(s) as crianças participam das decisões nas unidades de ensino às quais pertencem e como isso acontece no cotidiano da Gestão Democrática Escolar nas escolas do Brasil”.

Buscou-se investigar o que foi produzido na área no período descrito, e analisar se o número de pesquisas condiz com a necessidade informacional sobre o tema, a fim de dar conta de determinado saber e de divulgá-lo para a sociedade. Com esta finalidade, deu-se início a seleção de descritores para a seleção do corpus da pesquisa.

O melhor descritor do campo nesta investigação foi ‘Participação + crianças + escola’, o qual resgatou 8 do total de 9 trabalhos selecionados para compor esta pesquisa. Cabe ressaltar que este estudo partiu de uma abordagem qualitativa, na qual o pesquisador busca colher “o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (Godoy, 1995, p. 21). Os dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

A análise dos dados, segundo Gil (1999, p. 168) “tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto”. Desta forma, para analisar os dados obtidos nesta pesquisa, utilizaram-se princípios da metodologia da análise discursiva. De acordo com Caregnato e Mutti (2006, p. 680), existem muitos estilos diferentes de análise de discurso,

O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança).

Cabe lembrar que a análise de discurso não tem a pretensão de analisar sentido ou julgar o



conteúdo analisado, mas sim, interpretar o discurso dos autores de modo a encontrar resposta que possam contribuir com a temática desta investigação.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, NORMATIVA E TEÓRICA

A fim de compreender por que a gestão democrática ainda não é uma realidade efetiva nas escolas brasileiras, torna-se necessário analisar o contexto do poder e da educação ao longo da história brasileira.

De acordo com Melo (2012), a educação no Brasil teve início com a colonização do país, mais precisamente com a chegada dos padres jesuítas, em 1549, na Bahia, que buscavam catequizar e ‘civilizar’ os nativos. As aulas dos índios ocorriam em espaços construídos pelos próprios indígenas, nas chamadas missões.

Para os filhos dos colonos, a educação, também ministrada pelos padres jesuítas, era estruturada, com um atendimento diferenciado. Em 1759, com a expulsão dos padres jesuítas de Portugal, ocorreu a expulsão desta ordem religiosa também das terras brasileiras.

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal de 1750 a 1777, expulsou os jesuítas do Brasil em 1759 com a intenção de redirecionar os objetivos da educação, desvinculando-os das ideias religiosas, servindo, assim, aos interesses comerciais do Estado (Melo, 2012, p. 18).

Casimiro (2007, p. 89) destaca que esta expulsão desmantelou toda uma estrutura administrativa de ensino, mas não o modificou em sua base, pois “além dos jesuítas, havia uma enorme quantidade de clérigos, formados nos moldes da pedagogia jesuítica, que continuaram a exercer a docência nas fazendas, nos seminários e foram recrutados para as aulas régias instituídas pela reforma pombalina.

Souza e Santos, (2019, p. 2) esclarecem que: “Após a chegada da Família Real, em 1808, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns”.

Em 1827, foi sancionada a primeira lei brasileira que tratava exclusivamente da educação. O texto, em seu artigo 1o, afirmava que “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. A nova regra também foi um marco para as garotas, que passaram a se misturar aos meninos nas escolas de letras do Estado. Não havia, ainda, uma duração de tempo definida para o ensino primário, mas a lei foi o início de uma nova forma de organizar o ensino brasileiro. (Azevedo, 2018, p. 11)

Somente no século seguinte, em meados de 1920, com o movimento da Escola Nova, que pretendia atualizar o currículo, dar mais liberdade ao aluno e reduzir o rigor do ambiente escolar, novas reformas surgem na educação brasileira (Barbosa e Favere, 2013).

A segunda Constituição da República (Brasil, 1934) dispõe, pela primeira vez, que a



educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Doze anos depois, uma nova Constituição (Brasil, 1946) determina que os estudos primários devem, obrigatoriamente, ser gratuitos. Com esta constituição inicia-se a discussão para a criação de uma Lei de Diretrizes Básicas para a Educação (LDB), a qual foi aprovada em 1961.

Em 1964, o Brasil sofre um golpe de estado e instaura-se a ditadura militar. Houve uma forte censura e opressão aos direitos individuais. Neste período, a educação possuía dois grandes objetivos: a formação de mão-de-obra qualificada ao desenvolvimento econômico dos militares e difusão de uma ideologia favorável ao regime de crianças e adolescentes (Ghiraldelli Jr., 2000). Aos alunos, era imposto um padrão de comportamento regrado e obediente.

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional (Ghiraldelli Jr., 2000, p. 163)

Em meados dos anos 1970, o descontentamento com a ditadura intensificou-se bastante e diversos movimentos surgiram pela reabertura democrática, que culminou no fim do regime no ano de 1985. A transição do regime ocorreu de forma lenta, gradual e segura.

Houve nessa fase de transição o desejo de encaminhar o processo de forma lenta e gradualmente para impedir um rompimento brusco com o modelo econômico governamental em transição. Dessa forma, vários seguimentos da sociedade apoiaram e atuaram diretamente no processo de abertura política (Silva, 2019, p. 2).

A Constituição Federal, de 1988, foi marcada pela ampla participação de grupos populares e ficou conhecida como Constituição Cidadã. Esta constituição inicia definindo o Brasil como Estado Democrático de Direito e garantindo direitos ao povo brasileiro. Assim, todos os setores da sociedade passam a se adequar a gestão democrática, inclusive à educação.

3.1 Legislação

O sistema público de ensino do Brasil se estruturou a partir de 1988, com a Constituição Federal, que instituiu o país como um estado democrático de direito. Nesta direção, tem-se a obrigatoriedade da gestão participativa nas escolas públicas brasileiras, normatizada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996).

Existem inúmeras leis federais que defendem a gestão e o protagonismo das crianças no âmbito escolar, porém, cada uma delas permite diferentes interpretações, o que acolhe várias formas de garantir esta participação, por vezes não tão efetiva quanto deveria ser.

Um quadro sintetizado dos documentos brasileiros que atestam a gestão democrática e o



direito de participação das crianças nas questões que lhe dizem respeito segue para visualização das informações coletadas.

Quadro 1 – Relação de documentos que normatizam a educação democrática no Estado brasileiro

ESFERA	ANO	NORMA LEGAL	EMENTA
UN I Ã O	1988	Constituição Federal	Institui um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais
	1990	Lei Nº 8.069	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências
	1996	LDB	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
	1998	RCNEI	Guia de reflexão de cunho educacional para profissionais que atuam com crianças de 0 a 6 anos
	2009	Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009	Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
	2010	Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010	Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos
	2014	PNE	Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 – 2024
	2017	BNCC	Documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica
RS	2015	Lei nº 14.705	Institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação
	1995	Lei nº 10.576	Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público no estado do RS.
POA	2022	Lei nº 13.218	Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, define suas competências e organização.
ES CO LA		PPP	Documento que reúne os objetivos, metas e diretrizes de uma escola.
		RE	Documento que estrutura, define, regula e normatiza as ações de uma escola.

Fonte: Correa (2024)

Esta síntese contemplou as leis/normas/diretrizes que fazem valor o ensino democrático



de direito no Brasil. Questionar o teor e a forma como estão redigidas, a facilidade de acesso e compreensão que gestores e professores têm sobre estas disposições, se constitui material para um outro estudo.

Destaca-se finalmente que as leis estaduais do Rio Grande do Sul Nº. 14.705, de 25 de junho de 2015 e a Nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, assim como a Lei municipal da cidade de Porto Alegre, Lei Nº 13.218, de 06 de setembro de 2022, também asseveram sobre a gestão democrática e os sistemas de ensino.

Para a garantia da participação das crianças na gestão e outros espaços escolares, além de todos os documentos listados anteriormente, ainda é necessário que se ateste este direito no Projeto Político Pedagógico da escola, bem como, em seu Regimento Escolar.

3.2 Gestão Democrática Escolar

O enfoque democrático na gestão escolar foi referendado, inicialmente, na Constituição Federal de 1988, no artigo 206, que trata dos princípios com que será ministrado o ensino no Brasil, e define a “gestão democrática do ensino público, na forma de lei” (Brasil, 1988, p. 143). Em 1996, o princípio da democracia nas escolas públicas foi reiterado pela LDB, onde se observa:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, on-line).

Deste modo, gerir a escola de forma democrática exige romper com o paradigma tradicional de administração escolar, centrado na figura do diretor e criar mecanismos e estratégias que implementem a participação de todos os sujeitos que fazem parte da escola e de toda comunidade onde a escola estiver inserida.

Conforme Libâneo (2004) alunos não são educados e ensinados apenas na sala de aula, mas também nas formas de organização e gestão, no ambiente e no contexto institucional. Assim, devem compartilhar as tomadas de decisões de sua unidade escolar, e ter suas vozes ouvidas e respeitadas na construção dos documentos da escola também é uma forma de educar, além desta participação ser definida por lei.

Libâneo (2004) esclarece ainda que é comum o entendimento da população de que administrar a escola seja de responsabilidade da equipe diretiva, enquanto educar, seja de competência os professores. Porém, o princípio básico da gestão escolar democrática é o exercício da participação de todos os sujeitos que por ela são atendidos. Este exercício da cidadania deve ser estimulado e trabalhado desde a mais tenra idade.

Com base na Constituição Federal de 1988 (art. 26, inciso VI) e na LDB de 1996 (art3,



inciso VIII), a educação brasileira está pautada no envolvimento coletivo, no diálogo de todos os envolvidos com a escola, na busca de melhores soluções para as ações necessárias ao bom funcionamento da unidade.

O melhor meio de assegurar este tipo de gestão nas escolas, é através da participação, possibilitando que toda comunidade escolar esteja envolvida nas tomadas de decisões da unidade de ensino. É de vital importância que não se esqueça que nossas crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais, embora pequenas, também têm o direito de participar dessas decisões, quando suas vozes devem ser ouvidas e suas falas consideradas.

Levando em consideração o contexto internacional, documentos como “Declaração Universal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes” (1959) e “Convenção sobre os Direitos da Criança” (1989), afirmam o direito das crianças à educação, à opinião e expressão e a participar da vida familiar, comunitária e política.

A participação das crianças na unidade escolar a qual pertencem, possibilita o exercício da autonomia e se constitui em prática educativa, ensinando, desde cedo, que a criança não deve ser passiva, mas se envolver em decisões que afetam sua vida. A condição das crianças como sujeitos de direitos ainda é um conceito relativamente recente na história brasileira, fazendo com que a defesa de seus direitos ainda seja um desafio em nosso país.

Ao buscar exemplos concretos de participação das crianças no âmbito da gestão democrática escolar, encontraram-se duas escolas municipais de Educação Infantil. EMEI JP Cantinho Amigo, em Porto Alegre e EMEI Dona Leopoldina, em São Paulo.

A Escola Municipal de Educação Infantil Jardim de Praça Cantinho Amigo foi criada em 1945, na Praça Garibaldi. Atualmente, a EMEI JP Cantinho Amigo acolhe diferentes realidades de infância, constituídas por múltiplas realidades familiares e com desejos e necessidades distintas. Na busca de que cada criança rompa com seus limites e atinja seu desenvolvimento pleno, a EMEI adotou parte da metodologia Lumiar (Roda).

Roda: É a assembleia escolar na Metodologia Lumiar, e onde todos os agentes do cotidiano da escola têm lugar, voz e voto. Nela, discutem-se os informes acerca do dia a dia e as pautas que podem ser sugeridas e inscritas por todos que necessitarem ou assim desejarem (Lumiar, 2023).

A proposta da EMEI JP Cantinho Amigo partiu desta ideia. Reunir as crianças em roda e permitir que todos possam falar, sugerir, questionar ou opinar. Os assuntos são pautados na escuta das crianças: sugestões para o pátio; separação do lixo na escola e combinações para saída em passeios, entre outros. Esse movimento corrobora com a proposta de uma gestão democrática e participativa.

A EMEI Dona Leopoldina localiza-se no Alto da Lapa, em São Paulo. Em 2012, Márcia Covelo assumiu a direção da escola e passou a promover uma gestão compartilhada, que envolve



as crianças, pais e educadores. Professores da escola dizem que a EMEI deixou de pensar apenas sob o ponto de vista do adulto, dando abertura para que as crianças apresentem soluções para os problemas da escola (Quem, 2023, p. 40).

Esta comunidade escolar democrática, com cerca de 240 alunos com idades que variam de 4 a 6 anos, criou o ‘Conselho de Crianças’ ou ‘Conselho Mirim’, assembleias que incluem 16 integrantes, sendo 1 menino e 1 menina que representam os demais colegas da sala de aula.

Em julho de 2015, a EMEI foi matéria da Revista Gestão Educacional, com o reconhecimento público do trabalho da escola com o Conselho das Crianças. Os relatos de vivência com o Conselho Mirim na escola, constituem a marca do protagonismo das crianças, garantindo que sejam reconhecidas como pessoas de direitos, que pesquisam, analisam e se tornam autoras de diferentes formas de significar o espaço que habitam no cotidiano escolar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO

A partir da seleção dos títulos que foram analisados em busca de dados relevantes para o tema desta pesquisa, passou-se a leitura flutuante do resumo e do sumário, configurando-se como uma segunda seleção dos trabalhos a compor o ‘corpus’ deste estudo.

Na seleção por trabalhos que contribuíssem com o objetivo desta pesquisa, apenas dois trabalhos, dentro do período selecionado, se mostraram totalmente alinhados a este estudo. O Protagonismo das Crianças na Escola de Educação Infantil: princípios, abordagens e sustentação e Pedagogia da Educação Infantil, Gestão Escolar e Liderança Pedagógica: um estudo de caso multicontexto numa pedagogia transmissiva e numa pedagogia participativa.

Dos vinte e seis (26) títulos iniciais, selecionados entre todos os resultados obtidos no conjunto de seis (6) descritores, apenas nove (9) trabalhos foram relevantes para o tema desta pesquisa. Considerando a parca quantidade de pesquisas sobre a temática de participação das crianças no cotidiano da gestão escolar, os trabalhos selecionados foram analisados um a um. O quadro a seguir apresenta um panorama das obras selecionadas.

Quadro 02 - Trabalhos considerados relevantes após análise

Nº	AUTOR	TÍTULO	ANO
1	PEREIRA, Jorgiana Ricardo.	Pedagogia da educação infantil, gestão escolar e liderança pedagógica: um estudo de caso multicontexto numa pedagogia transmissiva e numa pedagogia participativa.	2019
2	RADECK, Neusa Aparecida.	Percepções de crianças da primeira infância sobre as relações educativas na sua escola: é possível melhorá-la a partir de suas opiniões?	2019
3	JUNCKES, Cris Regina Gambeta.	A organização do tempo em uma escola pensada para a infância na perspectiva das crianças, familiares e professoras do Ensino Fundamental.	2020
4	CARVALHO, Natasha	A gestão democrática como elemento de qualidade na	2021



	Carolina de.	Educação Infantil: a percepção das diretoras dos Centros Municipais de Educação Infantil de Curitiba.	
5	PAULINO, Verônica Belfi Roncetti.	A participação das crianças na educação escolar a partir dos documentos oficiais: um estudo no estado do Espírito Santo.	2021
6	VASCONCELOS, Queila Almeida.	O protagonismo das crianças como processo de aprendizagem, situado e contínuo, dos sujeitos na Escola de educação Infantil: princípios, abordagem e sustentação.	2021
7	ROSA, Emillyn.	O Conselho Mirim na rede municipal de Santo André (SP): uma política pública de participação política infantil.	2022
8	SILVA, Thainá Ariane da.	A participação das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental I: o que propõem as publicações de 2015 a 2020 para melhoria das práticas educativas dialógicas.	2022
9	ZWETSCH, Patrícia dos Santos.	Uma viagem de trem pelas infâncias institucionalizadas: percepções das crianças sobre o ensino fundamental.	2022

Fonte: a autora (2014)

O período selecionado para a busca da produção de conhecimento sobre a área de protagonismo infantil na gestão escolar abrangeu o período de 5 anos (2019 a 2023). Deste total, nenhum registro de 2023 foi pertinente ao tema desta pesquisa.

É possível observar, pelo quadro acima, que as produções se concentram nos anos de 2021 e 2022. Este episódio pode ser reflexo direto do retorno as aulas presenciais e a crescente importância que professores e gestores observaram em incentivar a participação das crianças no cotidiano escolar com vistas a uma melhora no processo de ensino e aprendizagem

Interessante observar que entre os trabalhos selecionados, somente um, o estudo de Radeck (2019) é de uma Universidade Particular e do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, todos os demais, são de Universidades Públicas e de Programas de Pós-Graduação em Educação.

Este estudo constatou a importância de se trabalhar a participação infantil com as crianças, mas também com professores e gestores, proporcionando ambientes escolares democráticos, com vistas a alcançar uma educação de qualidade. Solidificou contribuições para a instituição da participação no cotidiano escolar da gestão democrática, como a formação continuada dos agentes educacionais, a organização dos tempos coletivos e a apropriação das normas e orientações dos documentos educacionais legais, entre outros.

A pesquisa demonstrou que há muito que caminhar para garantir os direitos das crianças nas escolas, bem como uma educação de qualidade, e que a participação ativa das crianças e a escuta atenta dos adultos é um caminho a ser trilhado nesta direção.

Outra contribuição valorativa que os autores pesquisados nos trouxeram, é o fato de que a participação das crianças, articuladas com a gestão institucional e pedagógica no cotidiano escolar, já é uma realidade em muitas escolas, as quais superaram a proposta educativa tradicional e promoveram a cidadania das crianças.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento do protagonismo infantil é um movimento recente, alicerçado nas transformações sociais das últimas décadas e nas quais as crianças e a infância também estão inseridas. Isso “se manifesta por meio das mais diversas formas de expressão: da palavra, da brincadeira, das artes, da música, da dança, do esporte, do movimento e de tantos outros tipos de narrativas” (Friedmann, 2020).

As crianças se expressarem e serem escutadas é um direito assegurado pelas políticas públicas no Brasil, mas que ainda precisa ser assimilado e conquistado por diversos atores sociais. Precisamos pensar as infâncias a partir das necessidades, habilidades e interesses das crianças, e para isso, carecemos conhecer estas realidades.

Os estudos e iniciativas que vem dando espaço para essa seletiva participação ainda em franca expansão são poucos, mas estão aumentando gradativamente. O protagonismo é exercido pelas crianças a partir de oportunidades para se expressarem e se colocarem no mundo. Sendo que um dos ambientes propícios para esta possibilidade é a escola. O envolvimento infantil neste ambiente é significativo para o pleno desenvolvimento das crianças e é a partir dele que se constituem cidadãos críticos, reflexivos e pensantes.

Com este trabalho, procurou-se averiguar o processo de participação infantil no cotidiano da gestão escolar, em escolas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desta forma, selecionou um conjunto de estudos que foram analisados em busca de respostas para elucidar a seguinte questão: se as crianças participam das decisões nas unidades de ensino às quais pertencem e de que forma(s) isso acontece no cotidiano da Gestão Democrática das escolas brasileiras. Os trabalhos selecionados foram de grande relevância para a compreensão da importância da participação das crianças no âmbito escolar.

Quanto ao estudo dos documentos e normas oficiais que garantem a participação escolar das crianças, observamos, como defendido na tese de Paulino (2021), que mesmo reconhecendo o direito de envolvimento das crianças na educação escolar, estes documentos e normas não garantem uma educação pautada nos direitos da infância.

Dentre a amostra de teses e dissertações, destacou-se a importância que os autores atribuem a formação continuada de gestores e professores em todos os níveis de educação. Também se reitera a necessidade destes se apropriarem e fazerem valer as políticas públicas de participação das crianças no cotidiano das escolas democráticas.



Os estudos evidenciam que a escuta atenta e o reconhecimento das vozes das crianças na tomada de decisões do ambiente escolar deve ser um processo permanente, a fim de efetivar seus direitos de participação e reconhecimento. Afirmam que esta partilha somente, não é suficiente para gerar uma educação de equidade e qualidade, sendo necessária também, a criação, fiscalização e manutenção de políticas públicas.

Durante esta pesquisa, nos deparamos com duas escolas brasileiras que adotam metodologias participativas, sendo referências de gestão participativa. EMEI Jardim de Praça Cantinho Amigo (Porto Alegre/RS) e EMEI Dona Leopoldina (São Paulo/SP). Importante destacar que a segunda escola foi matéria da Revista Gestão Educacional, em 2015, com o reconhecimento público do trabalho da escola com o Conselho das Crianças.

Por fim, espera-se que estes resultados possam nortear novos estudos e que a partir dos resultados apresentados, gestores da área da educação encontrem subsídios para a elaboração de estratégias de participação infantil no processo de tomada de decisões de sua unidade de ensino.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo. A história da educação no Brasil: uma longa jornada rumo a universalização. **Gazeta do Povo**. Jornal online. 11 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yys2j8nnqn8d91/>. Acesso em 23/09/2023.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 jan. 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 23/09/2023.

BARBOSA, Ana Clarisse Alencar; FAVERE, Juliana de. **Teorias e práticas do currículo**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, vol. 15, núm. 4, outubro-dezembro, 2006. P. 679-684. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/714/71415417.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.



CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. **Revista Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, BA, v. 7. n. 1, p. 85-102, 2007. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3879>. Acesso em: 23/09/2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2023.

FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças**: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. São Paulo: Panda Books, 2020.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortes, 2000. 2.ed. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 jan. 2024.

KOHL-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. (2021). O Revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento Para Além de Uma Revisão Bibliográfica. **Revista Panorâmica Online**, v. 33, Mai. / Ago. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 23 dez. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LUMIAR. Educar para transformar o mundo: escola Lumiar Poços de Caldas. 2023. Disponível em: <https://www.escolalumiarpocos.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.55. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946/3336>. Acesso em 30 set. 2023.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. 2.ed. Fortaleza, CE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Universidade Aberta do Brasil, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3>



%A3o.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023

PAULINO, Verônica Belfi Roncetti. **A participação das crianças na educação escolar a partir dos documentos oficiais**: um estudo no estado do Espírito Santo. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-29062021-174111/pt-br.php>. Acesso em: 19 nov. 2023.

QUEM está na escuta? Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças. Mapa da Infância Brasileira. 1 nov. 2023. Lançado em formato virtual. Disponível em: https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2016/11/T300000001836-0-Mapa_infancia-000.pdf. Acesso em 16 jan. 2024.

RADECK, Neusa Aparecida. **Percepções de Crianças da Primeira Infância Sobre as Relações Educativas na Sua Escola**: é possível melhorá-la a partir de suas opiniões? 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/460/Neusa%20Aparecida%20Radeck.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. A Transição Para a Abertura Política no Brasil, Sob a Sujeição dos Militares (1974-1985). ANPUH – BRASIL. 30º Simpósio Nacional de História. Recife. 15 a 19 jul. 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563887156_ARQUIVO_artigocorrigidoanpuhPE.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 14/01/2024